



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 14/10/2019



Brasil



NOTÍCIAS ODS #11
17 OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR NOSSO MUNDO

PNUD e Defesa Civil promovem integração e capacitações para prevenção de desastres

Integrar diferentes setores para a prevenção de desastres e fortalecer a cultura da gestão de risco no Brasil são duas das metas da cooperação entre a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) e o [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento \(PNUD\)](#).

Firmado em 2012, o projeto envolve ações de capacitação, sensibilização e integração para estabelecer um leque de boas práticas que ajudem o país a atingir metas internacionais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Marco de Sendai.

Os ODS, além de destinarem uma meta específica ao tema – o ODS 11, que propõe “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, **resilientes e sustentáveis**” –, têm outros propósitos que colaboram para a diminuição de riscos, como a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades.

Já o Marco de Sendai é um documento internacional específico para a redução de desastres, adotado por países-membros da ONU. Na convenção em Sendai (Japão) em 2015, as nações estipularam sete metas a serem alcançadas até 2030, entre as quais se destacam a redução substancial da mortalidade global em desastres e a diminuição do número de pessoas afetadas e das perdas em relação ao PIB global.

“A Defesa Civil não deve ser vista como órgão, e sim como sistema”, explica o secretário nacional de Proteção e Defesa Civil, coronel Alexandre Lucas Alves. Para ele, cada órgão do governo, municipal, estadual ou federal, deve se sentir parte responsável pela prevenção de desastres.

A parceria com o PNUD se dá, entre outras razões, para fortalecer a conexão entre os agentes e sistematizar e multiplicar conhecimentos da área entre os profissionais.

“O fortalecimento de capacidades nacionais e das políticas públicas faz parte de nosso mandato”, explica a oficial de programa do PNUD Moema Freire.

“Por isso, para o PNUD, é importante atuar na estratégia de fortalecimento de competências dos atores de defesa civil, tanto para promover desenvolvimento quanto para evitar retrocessos que podem ser trazidos pelos desastres”, diz.

Dentre as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de cooperação, estão programas de formação na temática de defesa civil e publicações de apoio. Uma vez que não há carreira própria nessa área no serviço público, o projeto elaborou um kit de conhecimento para capacitação de multiplicadores disponível na área de publicações do site do PNUD.

“O material contém um diagnóstico nacional de necessidades e estratégias de formação, separado em etapas de diagnóstico, estratégia e em outros livros, que dão formação específica em um campo com grande rotatividade de profissionais”, afirma Moema Freire.

Prevenção é função de todos

Para o coronel Alexandre Lucas, que assumiu o posto de secretário na SEDEC no início de 2019, é necessário superar a ideia de que boas políticas de prevenção só podem ser feitas com muito dinheiro.

Segundo ele, uma cultura sistêmica de prevenção pode identificar em cada órgão, empresa e cidadão as ações que lhes competem. As atitudes podem variar de não jogar lixo na rua até a limpeza de sistemas de microdrenagem antes do período chuvoso para facilitar o escoamento.

“Muitas dessas ações podem ser realizadas com poucos recursos a partir da aproximação do poder público com a comunidade. A conscientização de grupos que vivem em áreas de risco para a adoção de medidas de prevenção comunitárias, bem como o estímulo das áreas de responsabilidade social do setor privado podem realizar pequenas intervenções locais e impedir deslizamentos”, afirma o secretário.

Alexandre Lucas afirma que uma fiscalização bem executada e que impeça ocupação de áreas de risco também não demanda muitos recursos e traz resultados. “Se conscientizarmos os órgãos dos governos municipal, estadual e da União, cada um em sua esfera e com seu recurso, a soma dessas ações fará com que o Brasil tenha um grande potencial de mudança.”

FONTE: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/fortalecimento-da-conexao-entre-agentes-e-multiplicacao-de-conhe.html>

FONTE: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods11/>



Rede Interinstitucional
para a Educação em
Situações de Emergência



Nota de orientação do INEE sobre gênero

A Nota de Orientação do INEE sobre equidade de gênero fornece conselhos sobre como fornecer educação com uma perspectiva de gênero a qualquer pessoa envolvida nesta tarefa como parte de uma preparação, resposta ou resposta a uma situação de emergência.

Em 2010, a Rede Interinstitucional de Educação em Emergências (INEE) publicou o Guia de Bolso do INEE para questões de Gênero para oferecer orientação prática sobre a promoção da equidade de gênero na e através da educação. A Nota de Orientação da INEE sobre igualdade de gênero atualizada adapta o conteúdo às melhores políticas e práticas globais recentes.

Esta nota de orientação resume primeiro os princípios-chave para uma abordagem da programação educacional que leva em consideração questões de gênero e aborda alguns dos conceitos errôneos e argumentos mais comuns sobre esse tipo de educação. Dessa forma, também fornece estratégias e ações concretas para implementar a equidade de gênero nas principais áreas da educação em emergências, enquadradas nas Normas Mínimas do INEE. Por fim, um glossário de termos-chave sobre gênero, uma lista de recursos úteis, como leituras complementares e uma ferramenta para reunir informações sobre por que meninas e meninos não estão na escola são fornecidos como anexos.

FONTE: https://inee.org/system/files/resources/INEE_Gender_GN_POR.pdf



Guia e kit de ferramentas regionais: Sobre a inclusão da perspectiva de gênero nos Planos Nacionais de Gerenciamento de Riscos

Qual é o guia e como usá-lo?

Este guia apoia os países a incluir a abordagem de gênero nos Planos Nacionais de Gerenciamento de Riscos. É um processo recomendado para execução simultânea com o apoio do **Escritório Regional das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres (UNISDR)** a países na harmonização de seus planos nacionais de gerenciamento de riscos com o Quadro Internacional de Sendai. O Guia é acompanhado pelo Kit de Ferramentas, parte integrante do pacote, oferecendo as ferramentas e materiais necessários para realizar o trabalho. O processo é projetado com uma metodologia direcionada a resultados e desenvolvimento constante. É um guia auto-explicativo, para garantir consistência e fácil uso da embalagem.

Antecedentes e contexto

Os desastres afetam mulheres, meninas, meninos e homens de maneira diferente. As desigualdades de gênero aumentam a vulnerabilidade das mulheres e limitam seu acesso às informações e recursos necessários para reduzir os riscos decorrentes de desastres. Ainda hoje, os compromissos globais de integração da igualdade de gênero no gerenciamento de riscos de desastres não foram cumpridos. No entanto, “A Estrutura de Sendai para Redução de Riscos de Desastres 2015 - 2030” reconhece o papel das mulheres na gestão de riscos e, da mesma forma, tanto a ONU Mulheres como a UNISDR reconhecem a necessidade de trabalhar para alcançar a igualdade de gênero como elemento básico da justiça social e pilar do desenvolvimento.

O trabalho piloto do projeto ECHO-CEPRENAC-UNISDR foi realizado em Honduras; portanto, o trabalho de inclusão de gênero foi realizado simultaneamente, formulando e testando na prática as instruções e ferramentas necessárias para garantir o correto posicionamento do questão de gênero nos processos do Plano Nacional de Gerenciamento Abrangente de Riscos. Esse processo foi sistematizado na forma de um guia e um kit de ferramentas para poder replicá-lo em outros países da região.

O kit de ferramentas está disponível mediante solicitação ao Escritório Regional de Mulheres da ONU para as Américas e o Caribe.

FONTE: <http://dipecholac.net/docs/guia-regional-de-genero-en-la-rrd-final.pdf>



ONU quer que governos façam mais para prevenir o suicídio

A cada 40 segundos, uma pessoa morre por suicídio. No Dia Mundial de Saúde Mental, marcado esta quinta-feira, as Nações Unidas estão lembrando esse número e pedindo mais esforços para combater o problema.

Em nota, o secretário-geral da ONU, António Guterres, disse que “a saúde mental foi esquecida durante muito tempo.” Para ele, é urgente mais ação e não se pode “permitir que o estigma continue impedindo as pessoas de receberem ajuda.”

Prevenção

Em entrevista à ONU News, o professor da Faculdade de Medicina de Botucatu, José Bertolote, disse que existem duas tendências opostas nos últimos anos.

Falando de São Paulo, o psiquiatra explicou que “nos países onde há uma política de prevenção do suicídio bem elaborada e bem implementada”, existe uma tendência de queda.

Por outro lado, em países “sem nenhum programa eficaz de prevenção”, as taxas sobem.

“Existe, inclusive, formas novas de suicídio, que são divulgadas através das novas tecnologias de comunicação. Essa quantidade de suicídio não chega ainda a representar um aumento significativo diante do grande número que temos. É importante que se saiba que temos mais de 850 mil suicídios por ano, o que é mais do que todas as mortes por causas violentas, inclusive homicídios, guerras e acidentes.”

Segundo a Organização Mundial da Saúde, OMS, o número de países com estratégias nacionais de prevenção aumentou nos últimos cinco anos. Apesar desse progresso, apenas 38 nações têm este tipo de estratégias.

Combate

Neste Dia Mundial da Saúde Mental, a OMS está distribuindo informação sobre as ações que funcionários de saúde, professores, jornalistas e outros podem tomar.

Segundo a agência da ONU, as medidas com mais sucesso são a restrição de acesso aos meios, programas para jovens e acompanhamento de pessoas em risco.

José Bertolote, que também foi médico da OMS, explicou que as estratégias escolhidas devem depender da região.

“Nos países de Ásia, a maior parte dos suicídios são consumados com pesticidas, que estão proibidos na maioria dos outros países. E temos uma prova na Coreia do Sul. Há 12 anos, o país proibiu este pesticida e as taxas caíram radicalmente. Se os governos aceitassem proibir esse pesticida, teríamos na Ásia, onde se localiza o maior número de suicídios, uma grande redução mundial de suicídios.”

O especialista diz que nos países do ocidente, onde esses pesticidas já estão proibidos, a situação é diferente.

“Um fator muito associado com o suicídio são as doenças mentais, que em muitos países não recebem a atenção adequada. Portanto, a melhoria dos cuidados de saúde mental poderia resultar também numa grande redução das taxas de suicídio.”

Diferenças

Cerca de 79% dos suicídios ocorreram em países de baixa e média rendas, mas os países de alta renda apresentaram uma taxa mais alta, uma média de 11,5 casos por 100 mil habitantes.

O professor José Bertolote destacou a importância de aumentar a informação sobre o tema. Segundo ele, as pessoas precisam estar à vontade para pedir ajuda e esse apoio tem que estar disponível.

“Aqui, no mundo ocidental, o mais importante é que as pessoas saibam que o suicídio está sempre associado a uma forma de sofrimento psíquico e emocional em que é preciso de ajuda. Seja ajuda informal da comunidade, que vem de amigos, conhecidos, líderes da comunidade, líderes religiosos, seja da ajuda de profissionais de saúde. O importante é que as pessoas deem um passo para buscar ajuda. Outro elemento muito importante é que a comunidade perceba que a comunidade é um problema sério de saúde e se predisponha a ajudar quem dá sinais de estar em sofrimento.”

Populações

Segundo os últimos dados da OMS, a taxa global de suicídio em 2016 foi de 10,5 mortes por cada 100 mil pessoas. As taxas variaram de forma ampla, de cinco mortes em 100 mil em alguns países até mais de 30 por 100 mil.

Esta foi a segunda principal causa de morte de jovens entre os 15 e os 29 anos. O fenômeno foi a segunda principal causa de morte entre meninas, após problemas relacionados com a maternidade. Nos rapazes, ficou apenas atrás dos acidentes na estrada.

Quase três vezes mais homens do que mulheres morrem por suicídio em países de alta renda. Nos países de baixa e média renda, as taxas entre homens e mulheres são mais parecidas.

FONTE:https://news.un.org/pt/story/2019/10/1690331?utm_source=ONU+News+-+Newsletter&utm_campaign=040cc32e89-

[EMAIL CAMPAIGN 2019 10 11 12 40&utm_medium=email&utm_term=0_98793f891c-040cc32e89-105027597](https://news.un.org/pt/story/2019/10/1690331?utm_source=ONU+News+-+Newsletter&utm_campaign=040cc32e89-)



Um guia para colaboração e aprendizado eficazes em consórcios

Trabalhando no contexto complexo de adaptação e resiliência às mudanças climáticas, é necessário que indivíduos e organizações trabalhem juntos em consórcios através de fronteiras disciplinares, institucionais, geográficas e culturais. Trabalhar em grandes consórcios oferece grandes oportunidades para resolver problemas complexos. Ele permite que pessoas com uma ampla variedade de habilidades técnicas e outras capacidades se reúnam e planejem respostas mais integradas. No entanto, a diversidade de antecedentes e abordagens de questões significa que a identificação conjunta de desafios e soluções pode ser complexa. Sem atenção explícita a papéis, responsabilidades e relações, vários obstáculos podem minar ou obstruir a colaboração eficaz e a consecução dos objetivos pretendidos.

Este guia compartilha alguns exemplos e lições aprendidas de vários consórcios que operam em diferentes programas. Este documento fornece algumas dicas para que pesquisadores, profissionais e outras partes interessadas trabalhem e aprendam juntos em consórcios complexos, o que deve levar a um processo mais suave de chegar a uma adaptação mais eficaz e a uma maior resiliência para os mais vulneráveis.

Embora as lições expressas tenham sido tiradas de programas relacionados à construção de resiliência e adaptação às mudanças climáticas, muitas das lições aprendidas sobre o trabalho em consórcios serão relevantes para um conjunto de contextos muito mais amplo.

FONTE: https://www.weadapt.org/sites/weadapt.org/files/koelle_et_al-a_guide_to_effective_collaboration_and_learning_in_consortia-working_paper.pdf



Resiliência climática através da proteção social

As crescentes crises climáticas representam ameaças em escala de civilização. Os riscos climáticos já estão colocando em risco os meios de subsistência, as pessoas e os ecossistemas. Eles ameaçam reverter os ganhos de desenvolvimento alcançados nas últimas décadas. Segundo estimativas recentes, a mudança climática pode levar mais de 720 milhões de pessoas à pobreza até 2050. Também pode forçar 140 milhões de pessoas a se tornarem refugiados climáticos. A escalada das crises climáticas exige uma resposta global concertada para uma transição que apoie os vulneráveis e fortaleça suas capacidades.

Um melhor alinhamento e integração da proteção social com a adaptação climática é extremamente importante para lidar com os riscos das mudanças climáticas. A importância da proteção social para a adaptação climática decorre de seu escopo e escala, sua infraestrutura institucional substancial com capacidade para atingir centenas de milhões de famílias vulneráveis, sua sobreposição de objetivos com as metas de adaptação climática e seus resultados positivos para o bem-estar e a redução de vulnerabilidades.

Os países do Sul global investem mais de US \$ 500 bilhões anualmente em proteção social; globalmente, esses investimentos ultrapassam US \$ 2 trilhões. Quase um terço da população em países de baixa e média renda se beneficia de alguma forma de proteção social. Esses benefícios são proporcionados em maior proporção aos pobres e aos vulneráveis, tornando a proteção social de vital importância para os objetivos da justiça climática. De fato, os instrumentos de proteção social e adaptação ao clima buscam apoiar o bem-estar dos vulneráveis e dos pobres.

FONTE: <https://cdn.gca.org/assets/2019-09/ClimateResiliencethroughSocialProtection.pdf>

Estimando os custos relacionados à saúde de 10 eventos americanos sensíveis ao clima durante 2012

As mudanças climáticas ameaçam a saúde humana, mas ainda faltam evidências sobre o impacto econômico sobre os impactos à saúde pública sensíveis ao clima. Nós caracterizamos os custos de mortalidade e morbidade humana associados a 10 eventos de estudo de caso sensíveis ao clima, abrangendo 11 estados dos EUA em 2012: incêndios no Colorado e Washington, poluição do ar por ozônio em Nevada, calor extremo em Wisconsin, surtos de doenças infecciosas causadas pela doença de Lyme transmitida por picada em Michigan e mosquitos O vírus do Nilo Ocidental, no Texas, o clima extremo em Ohio, os impactos do furacão Sandy em Nova Jersey e Nova York, o pólen alergênico do carvalho na Carolina do Norte e a proliferação de algas nocivas na costa da Flórida. Aplicando uma abordagem consistente de avaliação econômica, estudos publicados e estimativas estaduais, estimamos os custos totais relacionados à saúde de 917 mortes, 20.568 hospitalizações e 17,857 visitas ao departamento de emergência de US \$ 10,0 bilhões em 2018, com um intervalo de sensibilidade de US \$ 2,7 a 24,6 bilhões. Nossas estimativas indicam que o ônus financeiro de mortes, hospitalizações, visitas a departamentos de emergência e cuidados médicos associados é uma dimensão fundamental do impacto econômico geral de eventos sensíveis ao clima. Descobrimos que os custos de mortalidade (isto é, o valor de uma vida estatística) de US \$ 8,4 bilhões excederam os custos de morbidade e os salários perdidos (US \$ 1,6 bilhão combinados). Ao caracterizar melhor os danos à saúde em termos econômicos, este trabalho ajuda a lançar luz sobre a carga que os eventos sensíveis ao clima já colocam na saúde pública dos EUA a cada ano. Ao fazer isso, fornecemos uma estrutura conceitual para uma estimativa mais ampla dos custos relacionados à saúde sensíveis ao clima.

FONTE: <https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1029/2019GH000209>

EVENTOS



Imagem: Chanthal Carolina Gil Mundaray

III SEMINÁRIO sobre **DESASTRES NATURAIS**

"Reduzindo riscos e construindo
cidades resilientes."

15 e 16
OUTUBRO
09 horas

VAGAS LIMITADAS!
Inscreva-se pelo site
www.defesacivil.sp.gov.br
Palácio dos Bandeirantes
Av. Morumbi, 4.500
Sala Anchieta

APOIO



REALIZAÇÃO



PROGRAMAÇÃO 2019 15 e 16 OUT

	15 DE OUTUBRO		16 DE OUTUBRO
8h-9h	CREDENCIAMENTO	9h-12h	3º PAINEL: EDUCAÇÃO EM RRD
9h-09h30	ABERTURA OFICIAL Apresentação do livro "Riscos e Desastres - Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável"		Educação em RRD
10h-10h20	INTERVALO	09h40-09h55	INTERVALO
10h20-12h30	1º PAINEL - SISTEMAS DE MONITORAMENTO Plataforma IDAP Federal Produção de alertas a suas variáveis Vulnerabilidade e impactos na Identificação de Cenários de Risco e Monitoramento de Desastres no CEMADEN		Situação da RRD na Educação Regular
11h20-12h30	MESA DE DEBATE	10h55-12h	Educação para Prevenir
12h30-14h	ALMOÇO	12h-13h30	Experiência dos alunos de Mauá no Japão
14h-16h30	2º PAINEL - METODOLOGIA E SISTEMAS DE ALERTA A DESASTRES Experiência em Brumadinho Plano de Ação de Emergência e Plano de Contingência: interfaces e lacunas que alijam a resposta na emergência Principais Riscos de Desastres Naturais nas Barragens de Terra	13h30-16h	MESA DE DEBATE
15h-15h15	INTERVALO	14h30-14h45	ALMOÇO
15h15-15h25	MESA DE DEBATE	15h05-16h	4º PAINEL - COMUNICAÇÃO E PERCEPÇÃO DO RISCO
15h25-16h30			RRD na perspectiva da comunicação de riscos: dos desafios às possibilidades Desafios no atendimento à imprensa do desastre de Brumadinho Impacto psicológico dos afetados por desastres e desafios para a assistência
			INTERVALO
			Experiência da cobertura do desaste em Brumadinho
			MESA DE DEBATE



A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL CONVIDA PARA

Encontro de Defesas Civas, Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil e Voluntários do Paraná, para aumento da Resiliência





O Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Sistemas Logísticos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, juntamente com o CEPED-SP/USP, convida para

VII Workshop de Logística Humanitária

05.11.2019 às 13h30
São Paulo, SP

13h30 – 14h00 Recepção

14h00 – 14h15 Abertura

Prof. Hugo Tsugunobu Yoshida Yoshizaki – CEPED/USP; Escola Politécnica/USP

14h15 – 15h00 Centro de Voluntariado da Defesa Civil do Estado de São Paulo

Cap Aline Betânia de Mattos Carvalho Signorelli - Defesa Civil do Estado de São Paulo

15h00 – 15h45 Logística da força tarefa de São Paulo na Operação Brumadinho

Ten Cel Carlos Alberto de Camargo Junior - Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo

15h45 – 16h00 Intervalo

16h00 – 16h45 A psicologia na Gestão de Riscos de Desastres

Olavo Sant Anna Filho – Psicólogo

16h45 – 17h30 Pesquisas e projetos sobre Logística de Operações Humanitárias em Desenvolvimento no CEPED-SP/USP

Mediador: Prof. Dr. Irineu de Brito Junior - Instituto de Ciência e Tecnologia, UNESP São José dos Campos; CEPED-SP

17h30 Encerramento

PÚBLICO-ALVO: Comunidade, professores, pesquisadores, alunos de pós-graduação e interessados

INSCRIÇÕES GRATUITAS: Até 03/11 pelo site www.usp.br/ceped/ (vagas limitadas)

LOCAL: Anfiteatro do Departamento de Engenharia de Produção da POLI/USP – Bloco D2 – 015

Av. Prof. Luciano Gualberto, 1380 – Cidade Universitária – São Paulo

ORGANIZAÇÃO



APOIO



Fundação Vanzolini

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

REDE DE CIDADES RESILIENTES DE LINGUA PORTUGUESA

<http://www.cidadesresilientes.net/>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>